



## Conselho Nacional de Justiça

**Autos:** PP 0008751-68.2021.2.00.0000

**Requerente:** Tribunal Reg. do Trabalho da 15ª Região (TRT 15)

**Requerido:** Corregedoria Nacional de Justiça

**Relator:** Ministra Maria Thereza de Assis Moura

### EMENTA

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO (TRT-15). AUTORIZAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA VERBA DENOMINADA RECÁLCULO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE PASSIVO REFERENTE A AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.**

1. Pedido de Providências por meio do qual se discute a autorização para o pagamento da verba denominada recálculo da correção monetária de passivo referente a auxílio-alimentação a Magistrados vinculados ao TRT 15ª Região, em razão da aplicação do índice nacional de preços ao consumidor amplo especial (IPCA-E).

2. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por ocasião do julgamento do Processo nº CSJT-PCA-6633-22.2011.5.90.0000, decidiu, por unanimidade, reconhecer aos Magistrados da Justiça do Trabalho o direito ao pagamento retroativo do auxílio-alimentação, a partir de 19/05/2004, com a incidência de juros e correção monetária, nos moldes determinados no Ato nº



48/2010-CSJT.GP.SE, condicionado à existência de dotação orçamentária.

3. No julgamento no Recurso Extraordinário nº 870.947 (Tema 810), o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou tese com repercussão geral, para reconhecer a inconstitucionalidade da taxa referencial (TR), como critério de atualização monetária, e afastar a aplicação do indexador nas condenações impostas à Fazenda Pública.

4. Nesse sentido, a par do entendimento firmado nas Sumula 346 e 473 do STF, a Administração Pública tem o poder-dever de rever seus atos de ofício, quando se depara com situação em que possa retificar eventuais desconformidades na consecução dos seus procedimentos, como é o caso dos autos.

5. Pedido de providências deferido, para autorizar o pagamento da verba denominada recálculo da correção monetária de passivo referente a auxílio-alimentação aos Magistrados do TRT da 15ª Região.

## **RELATÓRIO**

**A EXMA. SRA. MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA,  
CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA:**

Trata-se de pedido de providências apresentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – TRT-15, em atendimento ao Provimento CNJ n. 64/2017, no qual solicita autorização para pagamento de verba denominada “recálculo da correção monetária de passivo referente a auxílio-alimentação” a magistrados vinculados ao Tribunal (id. 4553054).



Em obediência ao Provimento CN/CNJ n. 64/2017 e à Recomendação CN/CNJ n. 31/2018, a Presidência do TRT-15 instruiu o pedido com cópia integral do procedimento administrativo que reconheceu a verba e o cálculo dos valores devidos (Id. 4553055 a Id. 4553053).

Na origem, o PROAD n. 21.942/2021, teve início a partir de requerimento apresentado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – AMATRA XV, que buscava o reconhecimento do direito à adoção do IPCA-e como índice de correção monetária do passivo quitado administrativamente a título de auxílio-alimentação, inclusive em relação ao período compreendido entre 2009 e 2015, com acréscimo de juros de mora, e compensação de valores eventualmente recebidos sob o mesmo título, tendo em vista a tese fixada em repercussão geral pelo STF no Recurso Extraordinário n. 870.947 (Tema 810), que reconheceu a inconstitucionalidade e afastou a aplicação da Taxa Referencial como critério de atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública.

À Id. 4553290, fls. 40/46, consta decisão da lavra da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Presidente do TRT-15, deferindo o pedido de recálculo do passivo, nos termos em que solicitado pela AMATRA XV.

Na mesma Id. 4553290, às fls. 82/96, consta planilha de cálculo consolidando os valores devidos, no total de R\$ R\$ 8.317.572,07 (oito milhões, trezentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e dois reais e sete centavos).

Vieram os autos conclusos para decisão.

É o relatório.

#### **VOTO VENCEDOR**

#### **O CONSELHEIRO SIDNEY PESSOA MADRUGA:**

Adoto, na íntegra, o relatório bem lançado pela Excelentíssima Senhora Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Corregedora Nacional de Justiça, todavia, quanto ao mérito, peço vênias para apresentar divergência, mediante os fundamentos a seguir expostos.



Trata-se de Pedido de Providências instaurado pela Senhora Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15), em atendimento ao Provimento CNJ n.º 64/2017<sup>[1]</sup>, por meio do qual requer autorização para o pagamento da verba denominada recálculo da correção monetária de passivo referente a auxílio-alimentação a Magistrados vinculados ao Tribunal, em razão da aplicação do índice nacional de preços ao consumidor amplo especial (IPCA-E).

O auxílio-alimentação é parcela expressamente prevista no art. 1º, I, da Resolução CNJ nº 133/2011 - alterada pela Resolução CNJ nº 326/2020 -, que dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens<sup>[2]</sup>.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por ocasião do julgamento do Processo nº CSJT-PCA-6633-22.2011.5.90.0000, decidiu, por unanimidade, reconhecer aos Magistrados da Justiça do Trabalho o direito ao pagamento retroativo do auxílio-alimentação, a partir de 19/05/2004, com a incidência de juros e correção monetária, nos moldes determinados no Ato nº 48/2010-CSJT.GP.SE, condicionado à existência de dotação orçamentária<sup>[3]</sup>.

No julgamento no Recurso Extraordinário nº 870.947 (Tema 810), o Supremo Tribunal Federal (STF) firmou tese com repercussão geral, para reconhecer a inconstitucionalidade da taxa referencial (TR), como critério de atualização monetária, e afastar a aplicação do indexador nas condenações impostas à Fazenda Pública, *in verbis*:

[...] O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, na parte em que disciplina a atualização monetária das



condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (art. 5.º, XXII, da CF/88), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina." (STF, Plenário. RE870947/SE, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20/9/2017 - repercussão geral)

De fato, a atualização monetária não representa acréscimo à dívida ou enriquecimento do credor; trata-se de mecanismo para recomposição do valor da moeda, de modo que, efetuado o pagamento de diferenças remuneratórias a posteriori, impõe-se proceder à devida correção, sob pena de se promover o enriquecimento sem causa do devedor e de se violar o direito de propriedade do credor, conforme decidido pelo STF na ADI 4357, *litteris*:

[...] a correção monetária de valores no tempo é circunstância que decorre diretamente do núcleo essencial do direito de propriedade (CF, art. 5º, XXII). Corrigem-se valores nominais para que permaneçam com o mesmo valor econômico ao longo do tempo, diante da inflação. A ideia é simplesmente preservar o direito original em sua genuína extensão. Nesse sentido, o direito à correção monetária é reflexo imediato da proteção da propriedade. Deixar de atualizar valores pecuniários ou atualizá-los segundo critérios evidentemente incapazes de capturar o fenômeno inflacionário representa aniquilar o direito propriedade em seu núcleo essencial. (ADI 4357, Rel. Min. Ayres Britto, Redator para acórdão: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 14/03/2013). (grifou-se)

A propósito, em decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras, nos autos do Processo Administrativo PGR/MPF nº 1.00.000.018283-32 (Id. 4553267), determinou-se, no âmbito do Ministério Público Federal, o



recálculo dos valores relativos à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), pagos em dezembro de 2016 e dezembro de 2017, *in verbis*:

[...] com fundamento na decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos embargos de Declaração no Recurso Extraordinário n.º 70.974, com repercussão geral reconhecida, bem como no entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais 1.495.146/MG, 1.495.144/RS e 1.492/221/PR, reviso o entendimento firmado na decisão proferida no Processo Administrativo PGR/MPF 1.00.000.018283-32, para ser aplicado nos passivos relativos à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), do período de julho de 2009 a março de 2015, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). (grifou-se)

Nesse sentido, a par do entendimento firmado nas Sumula 346<sup>[4]</sup> e 473<sup>[5]</sup> do STF, a Administração Pública tem o poder-dever de rever seus atos de ofício, quando se depara com situação em que possa retificar eventuais desconformidades na consecução dos seus procedimentos, como é o caso dos autos.

Não pode o Conselho Nacional de Justiça, portanto, se opor à recomposição devida, sob o fundamento de que a correção monetária nos pagamentos administrativos não deve ser vista como um dever; ou com base em uma virtual compensação de juros moratórios recebidos de boa-fé.

Os débitos a serem compensados devem ser exigíveis, o que não se verifica no presente caso, uma vez que os Magistrados não têm a obrigação de devolver o que receberam de boa-fé, conforme enaltecido pelo eminente Conselheiro Mário Guerreiro, em voto divergente apresentado nos autos do PP 08427-83.2018.2.00.0000, *in verbis*:



Defender que “a correção não é exigível e, mesmo que fosse, seria compensada pelo pagamento de juros de mora indevidos” significa, na verdade, compelir os magistrados a devolverem quantias que não seriam obrigados a restituir, utilizando-se a via oblíqua da compensação. (CNJ - PP - Pedido de Providências - Corregedoria - 0008427-83.2018.2.00.0000 - Rel. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA - 84ª Sessão Virtual - julgado em 30/04/2021). (grifos no original).

A par dessas considerações, reputo que o pagamento da correção monetária referente ao auxílio-alimentação aos Magistrados do TRT15 deve ser autorizado pelo CNJ, como medida de recomposição das perdas decorrentes da aplicação de índice incorreto no cálculo originário.

Ante o exposto, **defiro** a autorização para o pagamento da verba denominada recálculo da correção monetária de passivo referente a auxílio-alimentação aos Magistrado do TRT15, nos termos requeridos.

É como voto.

Brasília/DF, data registrada em sistema.

SIDNEY PESSOA MADRUGA  
**Conselheiro**

[1] Estabelece diretrizes gerais para o pagamento dos subsídios dos magistrados brasileiros sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça.

[2] Art. 1º São devidas aos magistrados, cumulativamente com os subsídios, as seguintes verbas e vantagens previstas na Lei Complementar nº 75/1993 e na Lei nº 8.625/1993: [...] I – auxílio-alimentação; (Renumerado pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

[3] Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/939513256/csjt-663322201159000000/inteiro-teor-939513258>. Acesso em 23 fev. 2022.

[4] A Administração Pública Pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

[5] A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



## VOTO PARCIALMENTE DIVERGENTE

### O Excelentíssimo Senhor Conselheiro MARCIO LUIZ FREITAS:

Adoto o bem lançado Relatório da e. Ministra Corregedora, pedindo vênias, todavia, para divergir pelos fatos e fundamentos a seguir.

O presente Pedido de Providências (PP) foi proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT/15), em atendimento ao Provimento CNJ nº 64/2017, para autorização de pagamento da verba denominada recálculo da correção monetária de passivo referente a auxílio-alimentação aos seus magistrados, em razão da aplicação do índice nacional de preços ao consumidor amplo especial (IPCA-E);

Entendeu a e. Ministra Corregedora, em breve síntese, pela impossibilidade de revisão de cálculo após o reconhecimento da dívida, motivo pelo qual decidiu por não autorizar o pagamento da correção monetária sobre o auxílio-alimentação pago retroativamente.

Peço as mais respeitadas vênias para divergir de tal posicionamento. Inicialmente, ressalto que compartilho da preocupação da Ministra Corregedora quanto à eternização de passivos reconhecidos administrativamente, que por vezes acabam gerando uma sequência quase infundável de recálculos. Penso, todavia, que a melhor forma de se evitar a eternização dos passivos é, uma vez que se reconheça a existência da dívida, proceder-se ao pagamento dos valores devidos de forma integral, já que são exatamente as discussões acerca de parcelas não incluídas no cálculo que acabam por permitir que novas discussões sejam reabertas.

Nesse sentido, como ressaltado pelo Conselheiro Sidney Madrugá, é de se ver que o Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário nº 870.947, julgado sob sistemática do da repercussão geral (Tema 810), decidiu fixar a seguinte tese:

*“O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (art. 5º, XXII, da CF/88), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina”. (STF. Plenário. RE 870947/SE, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20/9/2017 - repercussão geral).*

Nesse ponto, vale ressaltar que, no julgamento de embargos de declaração opostos no RE 870947, *leading case* a partir do qual se firmou a tese, o STF





expressamente rejeitou a modulação de efeitos da decisão anteriormente proferida e assentou que:

*Ementa : QUATRO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. REJEIÇÃO. REQUERIMENTO DE MODULAÇÃO DE EFEITOS INDEFERIDO.*

[...]

*5. Em que pese o seu caráter excepcional, a experiência demonstra que é próprio do exercício da Jurisdição Constitucional promover o ajustamento de relações jurídicas constituídas sob a vigência da legislação invalidada, e essa CORTE tem se mostrado sensível ao impacto de suas decisões na realidade social subjacente ao objeto de seus julgados.*

*6. Há um ônus argumentativo de maior grau em se pretender a preservação de efeitos inconstitucionais, que não vislumbro superado no caso em debate. **Prolongar a incidência da TR como critério de correção monetária para o período entre 2009 e 2015 é incongruente com o assentado pela CORTE no julgamento de mérito deste RE 870.947 e das ADIs 4357 e 4425, pois virtualmente esvazia o efeito prático desses pronunciamentos para um universo expressivo de destinatários da norma.** 7. As razões de segurança jurídica e interesse social que se pretende prestigiar pela modulação de efeitos, na espécie, são inteiramente relacionadas ao interesse fiscal das Fazendas Públicas devedoras, o que não é suficiente para atribuir efeitos a uma norma inconstitucional. 8. Embargos de declaração todos rejeitados. Decisão anteriormente proferida não modulada.(RE 870947 ED, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 03/10/2019, grifamos)*

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial nº 1.492.221/PR, decidiu que “As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E”.

No caso em análise, não se está discutindo o débito relativo ao retroativo do auxílio alimentação, que já foi autorizado. O que se discute é unicamente se, tendo sido efetuado o pagamento utilizando-se um fator de correção declarado inconstitucional pelo STF em sede de repercussão geral, pode a administração corrigir esse erro e aplicar os índices efetivamente devidos.

Dessa forma, pedindo mais uma vez vênias a e. Ministra Corregedora, entendo ser devido o recálculo da correção monetária do passivo referente ao auxílio alimentação com base no indexador IPCA-E.

De outro lado, tenho que assiste inteira razão à Ministra Corregedora quando afirma que os juros foram indevidamente incluídos nos valores pagos anteriormente, eis que computados desde a data em que seriam devidas as parcelas. A



meu sentir, somente após o reconhecimento, pela administração, de que o passivo era devido é que pode se pensar em fato imputável à administração que a constitui em mora, nos termos do art. 396 do Código Civil. Com efeito, estando a administração jungida ao princípio da legalidade estrita, tenho que o reconhecimento da existência de uma dívida para com seus servidores lhe impõe a obrigação de pagar, da mesma forma que o reconhecimento de um pagamento feito a maior lhe impõe o dever de buscar reaver tais valores.

Assim, somente após o reconhecimento do passivo pelo tribunal é que poderiam incidir juros de mora, devendo ser compensados do montante devido aquilo que foi pago a maior a este título.

Por fim, cabe destacar que essa disciplina, de correção do passivo pelo IPCA-e e cálculo de juros de mora de 0,5% ao mês a partir do reconhecimento administrativo, somente se aplica até novembro de 2021, em face do advento da EC 113/2021 que, em seu artigo 3º, dispõe:

*Art. 3º Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente.*

Diante do exposto, pedindo vênias à Relatora, **acompanho** a divergência inaugurada pelo Conselheiro Sidney Pessoa Madruga para **autorizar** o pagamento da verba denominada recálculo da correção monetária de passivo referente a auxílio-alimentação aos magistrados do TRT/15, assentando, entretanto, que os juros moratórios somente são devidos a partir do reconhecimento administrativo do passivo, devendo ser compensados eventuais valores pagos a maior a esse título e que, após dezembro de 2021, todo o valor devido passará a ser atualizado unicamente pela taxa Selic, que não pode ser cumulada com outra taxa de juros ou fator de correção.

É o voto que submeto ao Egrégio Plenário.

Conselheiro **MARCIO LUIZ FREITAS**

### **VOTO VENCIDO**

Adoto o relatório elaborado pela anterior Corregedora Nacional, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, e passo à análise do processo.

Nos autos do PROAD n. 21.942/2021, a presidência do TRT-15, reconhece o direito ao recálculo do passivo quitado administrativamente pelo



Regional, por força de decisão exarada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho no Processo n. CSJTPCA-6633-22.2011.5.90.0000, a título de auxílio alimentação, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial como fator de correção monetária devido a contar de janeiro de 2001. Na oportunidade, ressaltou-se que, o respectivo pagamento fica condicionado à autorização deste Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Provimento CN/CNJ n. 64/2017 e da Recomendação CN/CNJ n. 31/2019.

Não obstante, esse direito não procede. São quatro os fundamentos da minha convicção.

Primeiro, os pagamentos de vantagens atrasadas a grupos de membros de poder ou servidores são sempre definitivos. Não há possibilidade de revisão de cálculo, após o reconhecimento da dívida.

Como já salientei em outras oportunidades, o que se percebe na Administração, é que o pagamento de atrasados gera trilha de diferenças que se sobrepõem. Discutem-se os índices de correção, depois os juros, depois as regras de imputação em pagamento, produzindo-se infundáveis créditos. Por outro lado, diferenças negativas nunca são devolvidas. Neste caso, por exemplo, em que houve pagamento de juros de forma descabida, mas a Administração não cogita reaver a diferença.

Magistrados e servidores são representados perante os órgãos de administração e podem, já por ocasião do reconhecimento do direito, fazer valer sua visão sobre o total do passivo.

Assim, chegando-se a uma conclusão sobre os valores devidos e liquidada a verba, o pagamento deve ser considerado definitivo, salvo hipóteses excepcionais, como fraude ou má-fé.

Segundo, a Administração Pública é jungida ao princípio da legalidade e, salvo disposição legal em contrário, realiza seus pagamentos pelo valor nominal. Apenas na presença de uma norma sobre a correção monetária, a Administração é obrigada a pagar o acréscimo. Nesse sentido, há regras, por exemplo, que determinam a correção monetária de dívidas da administração em juízo – art. 100, § 5º, da CF, art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, entre outros.



Na falta de regra que determine a correção monetária nos pagamentos administrativos, ela não deve ser vista como um dever. O administrador tem a prerrogativa de pagar a correção monetária, ou parte dela, para evitar a demanda judicial, na qual esse e outros acréscimos são devidos por força de lei. Mas não há direito subjetivo a exigir correção monetária sem embasamento legal.

Terceiro, houve acréscimo indevido de juros moratórios, o qual seria compensável com eventual diferença não paga. O art. 368 do Código Civil estabelece a extinção de obrigações recíprocas, mediante compensação. Conforme se depreende do Processo Administrativo n. 0000676-49.2014.5.15.0895 (Id. 4553302 a Id. 455), no pagamento administrativo, foram computados juros de mora, ao contar do vencimento de cada parcela. Os juros de mora não eram devidos.

O Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial pelo rito dos recursos repetitivos, já decidiu que não são devidos juros de mora em razão do atraso no pagamento administrativo, salvo se reconhecido o direito, com estipulação de termo para pagamento (Tema n. 23):

“DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. FATOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – FAM. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. VALOR NOMINALMENTE CONFESSADO PELA ADMINISTRAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

3. Tendo a Administração admitido a existência de dívida de valor

consolidado, sem, contudo, estipular prazo para seu pagamento, torna-se inaplicável a regra prevista no caput do art. 397 do Código Civil, devendo os juros moratórios incidir a partir da citação, nos termos do art. 397, parágrafo único, c/c 405 do Código Civil e 219, caput, do CPC, calculados sobre o montante nominalmente confessado.

[...]

REsp 1.112.114, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, julgado em 9/9/2009”.

Não tendo ocorrido a estipulação de termo para pagamento, seria necessário o exercício do direito pelo credor, para que se possa falar em

12



constituição em mora. Isso se dá por meio da interpelação judicial (parágrafo único do artigo 397 do Código Civil) ou da citação (art. 405 do Código Civil)

No caso concreto, a Administração não estipulou prazo para pagamento, nem houve citação ou interpelação judicial.

Ainda assim, os juros foram pagos.

O termo inicial dos juros foi o vencimento de cada parcela. Ou seja, a mora foi reconhecida desde o início, com a publicação do acórdão (12/12/2011), não desde a constituição em mora.

Ou seja, foram pagos juros de mora que não eram devidos.

Quarto, na 84ª Sessão Virtual deste Conselho Nacional de Justiça, realizada em 16/4/2021, este Plenário, ao julgar o Pedido de Providências n. 0008427-83.2018.2.00.0000, no qual o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, pleiteava: i) o pagamento da correção monetária sobre auxílio-alimentação pago retroativamente; e ii) o pagamento do atrasado do auxílio-alimentação aos magistrados, em dias de férias e licenças, decidiu, por maioria, não autorizar o pagamento da correção monetária sobre auxílio-alimentação pago retroativamente. Na oportunidade, autorizou-se, tão somente, o pagamento do atrasado do auxílio-alimentação aos magistrados, em dias de férias e licenças.

Assim, não deve ser autorizado o pagamento dos valores retroativos. A correção não é exigível e, mesmo que fosse, seria compensada pelo pagamento de juros de mora indevidos.

Por todo o exposto, voto por indeferir o pedido de pagamento solicitado.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Corregedora Nacional de Justiça



